

Discutindo o Levantamento de Dados Via Metodologia Observacional

Graziela Freire Vieira
Ilma A. Goulart de Souza Britto
Universidade Católica de Goiás

Antes do final do século dezenove, Charles Darwin pesquisava a respeito dos estados emocionais em animais, e assim, pôde construir um tratado clássico que continha descrições da utilidade biológica das emoções. Darwin afirmava que, por exemplo, o medo pode ter salvado a vida de muitos animais na história da evolução, e que a raiva pode ter sido útil para romper barreiras físicas que limitavam alguns comportamentos do animal que poderiam o levar a um reforçador biologicamente significativo. Através da observação direta, Darwin descreveu as posturas elaboradas e os respondentes pelos quais emoções como raiva, medo e alegria são expressas pelos animais. Foram identificados, assim, padrões de respostas bem definidas que eram particulares de cada espécie e que também apresentavam semelhanças entre as espécies. Com isso, ele pode enfatizar o que podemos chamar de aspectos topográficos do comportamento emocional (Milenson, 1967).

Os trabalhos de Darwin, que também foram feitos com expressões não verbais de humanos, tem sido fonte de informações e de novas idéias até os dias de hoje. Darwin descreveu expressões de dor, choro, ansiedade, mau humor, medo, horror e muitas outras. Essas descrições foram feitas baseadas nas considerações sobre as origens evolucionárias e foram relacionadas com o conhecimento de anatomia e fisiologia existente na época (Brannigan & Humphries, 1972)

Este estudo de Charles Darwin, realizado em 1872, foi elaborado com a utilização das técnicas de observação sistemática para coleta de dados sobre os comportamentos emocionais dos animais. A partir de então, estudos observacionais do comportamento se tornaram freqüentes, principalmente na década de 20 e início da década de 30 (Hutt & Hutt, 1970/1974; Fagundes, 1985; Kreppner, 2001). No final da década de 70, o número de pesquisas observacionais sobre os recém nascidos aumentou significativamente fazendo com que as técnicas observacionais comesçassem a ser vistas como uma metodologia própria para se obter informações sobre a vivacidade e mutualidade nas interações precoces entre bebês e

seus cuidadores (Kreppner, 2001). Porém, talvez devido à falta de experiência em pesquisa relativa à infância, muitos psicólogos permaneceram resistentes em relação a utilidades de técnicas de observação do comportamento. E assim, a psicologia presenciou o declínio gradual e o esquecimento dos estudos observacionais. Os primeiros trabalhos de observação em seres humanos, inclusive na área de desenvolvimento da criança, não são mencionados, nos dias de hoje, pela maioria dos psicólogos (Wright, 1960 citado por Hutt & Hutt, 1970/1974; Kreppner, 2001).

Hutt e Hutt (1970/1974) relatam que é provável que a principal razão para este declínio de interesse pela observação direta tenha sido a necessidade de conquista de respeito científico sentida pelos psicólogos e que poderia ser conseguida através de estudos experimentais e não observacionais. Blurton Jones (1972) explica que na psicologia experimental e na psicologia social existe uma discussão entre aqueles que trabalham com a observação e aqueles cujo trabalho é predominantemente experimental, discussão esta considerada desnecessária, pois a observação de um estudo é segundo este autor, apenas uma etapa que determina quais fatos da vida real devem ser explicados e permite que surja um grande número de hipóteses novas que só possam ser testadas através de experimentos.

Outra explicação para este declínio está relacionada com fato de os observadores trabalharem com observações diretas, fazendo registros no exato momento que os comportamentos aconteciam, usando categorias pré-definidas. Os pesquisadores, então, concluíram que com esta prática, eles podiam perder a sua objetividade durante as observações e se atentarem apenas para as ocorrências de eventos esperados. O argumento é de que o tratamento das categorias pré-definidas pode ser relativamente não viesado, mas a escolha destas está sujeita a vieses (Blurton Jones, 1972; Kreppner, 2001).

No início dos estudos observacionais, os pesquisadores utilizavam listas para assinalar a ocorrência dos comportamentos em tempo real. O registro eletromecânico nem sempre era possível de ser usado, portanto fazia-se uso do observador humano. A complexidade da situação observada deixava de existir quando o observador terminava os registros em seu protocolo. Antes de começar o estudo, era necessário que o observador organizasse um período preparatório para familiarizar-se com seu animal de estudo e, a partir daí, elaborar categorias de comportamento claras e bem definidas. Após a conclusão desta etapa, davam-se

início às observações. Resumindo, o observador escolhia e definia a categoria, em seguida fazia a observação direta dos comportamentos, e, por fim, o registrava os dados em sua lista no exato momento em que a situação observada ocorria. Com o uso destes procedimentos, o pesquisador não podia rever a cena observada, o que limitava a criação de novas categorias e a obtenção de dados mais fidedignos (Hutt &Hutt, 1970/1974; Kreppner, 2001, Batista, 1985).

Com o avanço tecnológico, os pesquisadores adeptos ao uso das observações passaram a fazer uso da filmadora como forma de garantir a preservação da situação tal qual observada, o que possibilita infinitas replicações no processo de análise dos dados. As gravações em vídeo permitiram que os pesquisadores passassem a categorizar e definir os comportamentos após a as fitas de vídeo terem sido assistidas. A possibilidade de congelar a imagem e de passar as filmagens muitas vezes ajudou os pesquisadores a focalizar os diferentes aspectos de uma mesma situação, facilitando a formulação de novas categorias (Kreppner, 2001).

O uso de filmadora, também favorece na veracidade do teste de fidedignidade, pois, mesmo após os observadores terem passado por treinos de observação antes do estudo de campo, pode haver discordância entre eles. Com o registro em vídeo, os pesquisadores podem utilizar os filmes como dados brutos disponíveis para testes entre os observadores envolvidos no estudo (Blurton Jones, 1972).

Com essa nova tecnologia, a pré-definição das categorias deixou de ser uma condição necessária para se fazer um estudo observacional. Assim, a metodologia observacional cresceu muito nos últimos 25 anos em várias áreas do desenvolvimento infantil. Este crescimento fez com que as dúvidas iniciais sobre o uso da observação como um método científico reduzisse consideravelmente. Porém algumas áreas da psicologia do desenvolvimento continuam resistente ao uso da observação, o que impede os pesquisadores de usarem apropriadamente este enfoque em seu campo científico (Kreppner, 2001).

Para se ter mais certeza a respeito dos dados de observação, costuma-se usar dois ou mais observadores para que registrem o comportamento de um mesmo sujeito, ou seja, eles observam os mesmos fatos, mas trabalham independentemente. Após esta etapa, os dados registrados são comparados para que se possa verificar em que medida há concordância entre os observadores e até que ponto se pode confiar nas informações registradas. Estas comparações nos possibilitam o cálculo do Índice de Fidedignidade: [Concordância /

(Discordância + Concordância)] x 100 (Fagundes, 1985; Kratochwill & Wetzel, 1977). A importância que hoje é dada para a estimativa de fidedignidade pode ter se iniciado devido à necessidade de aferir a precisão dos registros do observador, já que, o uso dos equipamentos de registro era pouco utilizado (Batista, 1985).

Hoje, a tecnologia tem ajudado os analistas do comportamento a registrarem dados com mais facilidade e com mais fidedignidade. Foram elaborados sistemas computadorizados úteis para coletar dados observacionais em tempo real, que facilitam a tarefa de observar, calcular e representar graficamente os dados, aumentando, assim, a melhora na confiabilidade e exatidão da gravação. Estes sistemas nos oferecem, também, a possibilidade de retirar maiores detalhes do que está sendo observado, como: a frequência, a duração, o tempo de resposta e de latência (Kahng & Iwata, 1998).

Segundo Fagundes (1985), o que permite haver mais concordância entre os observadores quanto à ocorrência dos comportamentos em observação é o estabelecimento de definições do comportamento com uso da linguagem científica clara e objetiva. Isto facilita o trabalho do observador, pois pode eliminar as contradições existentes nas noções que cada observador tem a respeito dos mesmos comportamentos.

Definições comportamentais

O nível de descrição das definições comportamentais é de máxima importância para determinar quais dados serão coletados (Brannigan & Humphries, 1972). “Não podemos medir o que não podemos definir” (p. 40). Isso nos ajuda a entender a importância das definições comportamentais. A maneira pela qual definimos e registramos elementos de comportamento será influenciada pelos tipos de mensuração que queremos aplicar neles (Hutt & Hutt, 1970/1974).

Para a ciência, um fato só adquire importância quando comunicado a outros através de uma linguagem científica que deve ser clara, objetiva, exata, direta e afirmativa. Essa prática elimina todas as impressões subjetivas ou interpretações que o observador possa ter acerca dos fatos, ou seja, evita que o observador faça uso de termos que designem estados subjetivos ou uso de interpretações das intenções do sujeito e das finalidades da ação. É, portanto, devido a essa objetividade que os psicólogos e cientistas do comportamento utilizam a

linguagem científica para estabelecer definições comportamentais que, como descrito anteriormente, elimina divergências entre os observadores em relação ao evento observado (Hutt & Hutt, 1970/1974; Fagundes, 1985; Danna & Matos, 1986).

De acordo com Hutt e Hutt (1970/1974), podemos identificar um elemento do comportamento de dois modos: em termos de sua morfologia ou dos seus efeitos. As primeiras descrevem os padrões de comportamento escolhidos pelo sujeito observado, ou seja, as mudanças do próprio comportamento, e as segundas, os efeitos que os comportamentos têm sobre o meio. Para se obter uma análise completa do comportamento são necessário, e recomendado, que sejam utilizados os registros das unidades morfológicas e funcionais.

Ao elaborar uma definição morfológica, deve-se utilizar, como referencial, o próprio corpo da pessoa, ou seja, descrevemos a direção e o sentido de um determinado movimento, tomando como referência as partes do corpo, como a cabeça, o troco, os pés, etc. ou suas regiões como região central, regiões laterais: direita e esquerda e etc. O inverso ocorre quando elaboramos uma definição funcional. O referencial é o ambiente externo, ou seja, o ambiente físico ou social e não o próprio sujeito (Danna & Matos, 1986).

Hutt e Hutt (1970/1974) afirmam também que o comportamento pode ser medido em relação a um ou mais de quatro parâmetros: frequência de ocorrência, duração total, extensão média do turno e razão. Portanto, se o foco for direcionado primeiramente à morfologia do comportamento, pode-se medir o número de padrões diferentes de comportamento, a duração da atividade, o tempo gasto em cada atividade por sessão e a velocidade da atividade. Se o foco for direcionado para o aspecto funcional pode-se contar o número de estímulos envolvidos em cada unidade de tempo, a duração do envolvimento contínuo com o mesmo estímulo, o tempo gasto em cada estímulo por sessão e a frequência de mudança no estímulo.

Uma definição completa, ou seja, que inclui critérios morfológicos e funcionais, focaliza todas as semelhanças na forma e no efeito do comportamento. Além disso, uma definição completa especificaria também a unidade de análise considerada, ou seja, especificaria os critérios utilizados pelo observador para delimitar o início e o fim de um comportamento ou seqüência comportamental. Essa forma de esmiuçar a unidade de análise é necessária quando se quer quantificar comportamentos, pois a exatidão da contagem dos elementos depende deste detalhamento (Danna & Matos, 1986).

Muitas pesquisas utilizando o método observacional descrevem categorias de comportamento seguindo os critérios funcionais, morfológicos e também categorias definidas com base em ambos os critérios. A forma com que essa definição é construída depende do objetivo do observador. Algumas dessas pesquisas serão descritas a seguir.

Pesquisas observacionais recentes

Hutt e Hutt, 1970/1974, descrevem que, para certos problemas e para estudar determinados assuntos, a observação direta do comportamento do organismo é um método por excelência. Antes de tentarmos modificar um comportamento, precisamos conhecer que comportamento é este a ser modificado. A observação nos ajuda a obter informações pormenorizadas sobre o repertório de comportamento do organismo estudado.

A observação tem sido muito utilizada em estudos sobre as interações entre a criança e seu cuidador, muitas pesquisas sobre esse assunto vem sido apresentadas na literatura. Silva e Dessen (2003), por exemplo, utilizaram o método observacional para estudar as interações entre crianças com síndrome de Down e seus familiares. As autoras desenvolveram um dicionário de categorias baseado no Sistema de Categorias de Dessen, algumas das categorias são: ordenar, proibir, obedecer, elogiar, etc. As crianças foram observadas, em atividades livres, enquanto interagiam com a mãe e com o pai separadamente, e também com ambos os genitores.

Mais tarde, Silva e Dessen (2006) desenvolveram outro estudo que estudava a interação entre genitor e criança com e sem síndrome de Down. Os dados obtidos através da observação foram comparados e mostraram que há similaridades e também diferenças na frequência de atividades realizadas, na participação e na qualidade das interações genitores-crianças. Esses estudos mostram a importância de um apoio psicológico elaborado com base nas interações familiares funcionando como um facilitador para que a criança com síndrome de Down consiga interagir de forma mais adequada.

Sierra e Rodríguez (2007) estudaram a relação aversiva entre mãe-filho com história de maltrato infantil. As categorias comportamentais foram quantificadas com a ajuda de gravações em vídeo em duas condições: atividade livre e atividade acadêmica. Foram retiradas categorias da conduta da mãe, como: 'aprovar', 'desaprovar', 'repreender', 'supervisionar', etc. e

categorias de conduta do filho, como: 'obedecer', 'desobedecer', 'argumentar', etc. Os resultados mostram que a falta de congruência e de aplicação de conseqüências por parte da mãe foram notavelmente percebidas, pois não houve conseqüências positivas ao comportamento da criança por parte da mãe, porém, a mãe utilizava de ameaças e desaprovação para controlar o comportamento da criança. Com base nisso, os resultados sugeriram que o processo de reforçamento negativo é um importante fator no abuso físico.

Outro estudo também relacionado com a interação familiar foi realizado por Ferreira e Mettel (1999). O objetivo era descrever as principais características das famílias cujos filhos mais velhos eram responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado aos irmãos menores na ausência dos pais. Através da observação dos comportamentos dos irmãos, realizadas durante o período de almoço, pode-se gravar categorias relacionadas aos episódios comportamentais, como: 'repreensão', 'ameaça', 'justificativa', 'orientação', 'punição', 'oferta', 'proteção', 'elogio', entre outras. Foram analisados 557 episódios de interativos distribuídos em quatro situações de tarefas domésticas e verificou-se que as situações de maior número de interação entre os irmãos foram as 'cuidados pessoais' e 'almoço', e a de menor interação foi 'preparo do alimento'. Esses estudos são importantes para pesquisar o ciclo familiar, o que pode ajudar a compreender novas formas de organização familiar e o ingresso da criança no mundo adulto.

Outros pesquisadores, como Medeiros, Fernandes, Pirientel e Simone (2003) estudaram os efeitos de um procedimento de ensino computadorizado em alunos em processo de aquisição de leitura e escrita por equivalência. Para isso, fizeram uso dos registros em vídeo e elaboraram categorias de comportamento dos alunos (como: 'realizar tarefas escolares', 'auxiliar a professora', 'distrair-se', entre outras) e categorias de comportamento da professora (como: 'explicar tarefas', 'incentivar', 'repreender', entre outras). Através das observações, percebeu-se que não houve correlação direta entre o desempenho computadorizado e alteração de desempenho acadêmico das crianças, porém esse procedimento permitiu ter acesso a situações que vão além daquelas encontradas em experimentos em laboratórios.

Starling (1999) investigou a situação pós-operatória no contexto hospitalar. Isto possibilitou o levantamento de categorias sobre o 'episódio clínico pós-cirúrgico' e subcategorias desse episódio: estado físico, alta hospitalar, estado psicológico, medicação,

dor, relações com o médico, episódio cirúrgico, história clínica, profissionais, enfermagem, atendimento hospitalar e variáveis psicossociais, além de categorias e subcategorias sobre as 'relações sociais' e 'vida cotidiana'.

Outras pesquisas relacionadas ao contexto hospitalar foram realizadas por Fernandes e Britto (2005) que identificaram categorias funcionais facilitadoras e não facilitadoras de adesão ao tratamento aos medicamentos anti-retrovirais a partir da análise dos relatos verbais e não-verbais do médico e do paciente. Os dados demonstraram que categorias da 'ação verbal facilitadora de adesão', como, 'perguntar se o paciente entendeu as explicações' ocorreram com menor frequência do que 'ação verbal não-facilitadora', por exemplo, 'citar termos técnicos sem explicá-los'. Já 'ações não-verbais facilitadoras de adesão' como 'encurvar o corpo em direção ao paciente' foram mais freqüentes, do que 'não-facilitadoras de adesão', por exemplo 'movimentar inquietamente mãos e pés'. Os pacientes apresentaram mais relatos indicativos de adesão 'responder atentamente às perguntas do médico' do que não-adesão 'falar sobre a falta de motivação para iniciar o tratamento'. Seus comportamentos não-verbais indicativos de adesão 'balançar a cabeça em sinal de afirmação' foram mais freqüentes do que os 'não-verbal indicativa da não-adesão', como, 'desviar o olhar do médico'.

Estudos observacionais também se mostraram úteis como um potente instrumento para investigar a enfermidade e atuação médica frente o paciente com HIV em contextos ambulatoriais. Fernandes e Britto (2007) analisaram também os comportamentos dos médicos em relação às categorias funcionais da ação médica de 'informar o paciente para a transmissão e não transmissão do HIV', 'investigar comportamentos de riscos', 'explicar sobre o risco de propagação do HIV' e 'pesquisar as condições dos pacientes'. Também categorias de 'preparar o paciente para os efeitos dos medicamentos', 'diferenciar aspectos relevantes sobre a infecção HIV', 'direcionar para a terapia com os anti-retrovirais' e 'dar apoio ao paciente'. Os dados apontaram que as verbalizações dos médicos foram notadamente superiores à dos pacientes, como também, presença de freqüências relativas em relação à grande parte das categorias pesquisadas.

No contexto psiquiátrico, Miranda (2005) entrevistou nos comportamentos problemas de uma pessoa diagnosticada como esquizofrênica crônica e retardo mental. Para essa finalidade foram selecionadas após a observação direta, sete classes de comportamentos problemas com

base em critérios morfológicos e funcionais para sofrerem intervenção como: 'manter contato olho a olho'; 'permanecer sentada sozinha num banco do pátio com velho cobertor enrolado na cabeça'; 'dar tapas', 'empurrar pessoas e fazer ameaças'; 'beber água no copo de plástico', 'recusar-se a fazer parte de tarefas ou eventos', etc. A observação permitiu um registro fiel das ocorrências dos comportamentos problemas, suas durações além das funções desses comportamentos, que comumente estavam relacionadas com receber algo ou evitar alguma atividade.

Pesquisas observacionais têm sido realizadas para investigar a relação entre o terapeuta e seu cliente. Britto, Oliveira e Souza (2003) estudaram a relação terapêutica com o objetivo de identificar comportamentos verbais e não-verbais de uma díade terapêutica. As fitas de vídeo viabilizaram a construção de três grupos de categorias do comportamento verbal e não-verbal da cliente e um grupo de categorias do comportamento verbal da terapeuta.

Vieira, Elias e Britto (2007) também estudaram o contexto clínico e construíram categorias de comportamento verbal ('reforçar', 'informar', 'pedir feedback', 'falar frase curta', 'confrontar' etc.) e não-verbal ('balançar a cabeça afirmativamente', 'sorrir', 'manter contato visual', 'inclinando o corpo', etc.) de uma terapeuta-estagiária. As categorias foram construídas de acordo com critérios morfológicos e funcionais. Os dados mostraram que a quantidade total de comportamentos não-verbais quantificados obteve maior frequência que os comportamentos verbais. Dentre os comportamentos não verbais, as categorias 'manter contato visual' e 'sorrir' tiveram a maior e a menor frequência de ocorrências quando comparado com as demais categorias de comportamento não-verbal. Estes estudos mostraram importância de se estudar o comportamento verbal e de estudar o comportamento humano em contextos clínicos.

Zamignani (2007) desenvolveu, a partir da análise das categorias e definições que compõem os instrumentos e catálogos de comportamentos disponíveis na literatura, um Sistema multidimensional de categorização de comportamentos da interação terapêutica contendo três eixos de categorização e quatro qualificadores: o Eixo I representa as categorias de comportamento verbal vocal e não vocal do terapeuta e do cliente e dois qualificadores relacionados com o tom emocional e gestos ilustrativos, o Eixo II representa as categorias referentes ao tema da sessão e dois qualificadores relacionados com o tempo no qual o assunto é tratado e a condução do tema da sessão, e o Eixo III representa as categorias de

registro de respostas motoras do terapeuta e do cliente. Com este estudo percebe-se que a pesquisa sobre a interação terapêutica por meio do registro em vídeo e categorização de episódios de comportamentos é de grande importância para ajudar-nos a compreender melhor as relações que ocorrem na psicoterapia.

Considerações finais

As técnicas de observação direta e registro do comportamento podem ser utilizados pelos psicólogos clínico, escolar ou industrial para registrar o comportamento que pretende modificar, ou para treinar seu cliente, seus auxiliares ou pessoas ligadas a seu cliente, para que elas próprias registrem o comportamento que deve ser alterado. A observação do comportamento também pode ser importante para pais, educadores, treinadores de pessoal, etc., pois pode facilitar o trabalho de modificação do comportamento. Observar ocasiões em que o comportamento acontece nos permite ter acesso a diversos dados, como: em que ocasiões o comportamento acontece, qual a frequência e intensidade deste comportamento, em que circunstâncias ele ocorre, etc. (Fagundes, 1985). A falta de conhecimento do repertório de comportamento de sujeitos experimentais, com frequência, pode nos levar a experimentos que são inadequados para responder a questão a qual foram concebidos (Hutt & Hutt, 1970/1974).

O uso do método observacional vem crescendo cada vez mais. Mas ainda enfrentamos dificuldades em encontrar estudos sobre esse assunto. Conhecer o repertório de comportamento antes de modificá-lo está sendo reconhecido como um fator essencial em pesquisas, que utilizam esta metodologia, descritas na literatura. Hoje, é possível trabalhar com recursos e equipamentos que permitem o registro detalhado da situação observada com muito mais facilidade e acessibilidade, isso ajuda os psicólogos e pesquisadores a obterem dados mais fidedignos e mais aceitos pela comunidade científica. A observação permite a criação de categorias de comportamento, que favorecem o surgimento de novas hipóteses, que serão testadas nas pesquisas experimentais, além disso, possibilita a observação de situações únicas que não podem ser criadas em laboratórios.

Até o início dos anos 70, o comportamento não era descrito com base no que o observador via, mas com base no que ele pensava acerca do seu significado (Blurton Jones,

1972). As definições comportamentais elaboradas com uma linguagem científica clara e objetiva favoreceram na evolução deste aspecto, e isso é possível de ser verificado em todas as pesquisas citadas anteriormente e em outras que não estão aqui presentes.

A observação direta do comportamento do organismo é um método por excelência para certos assuntos e linhas de pesquisa, mas, para aplicá-lo é exigido um rigor nas mensurações, comparado ao esperado nos estudos experimentais, porém, esta exigência é raramente aplicada (Hutt & Hutt, 1970/1974)

Apesar desse avanço, observa-se hoje que a literatura psicológica é escassa no tratamento destes conceitos. Ao se deparar com a importante tarefa de estudar o comportamento em contextos clínicos sobre a relação terapeuta-cliente, por exemplo, percebe-se o quanto se torna relevante ter o domínio das técnicas observacionais para a obtenção de dados fidedignos.

Referências

- Batista, C. G. (1985). Objetivos da avaliação da fidedignidade em estudos observacionais. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 1(3), 205-214.
- Blurton Jones, N. (1972). Características do estudo etológico do comportamento humano. Em N. Blurton Jones (Org.) Estudos Etológicos do Comportamento da Criança. (pp.03-33). São Paulo: Pioneira.
- Brannigan, C. R. & Humphries, D. A. (1972). Comportamento não-verbal humano, um meio de comunicação. Em N. Blurton Jones (Org.) Estudos Etológicos do Comportamento da Criança. (pp.37-66). São Paulo: Pioneira.
- Britto, I. A. G. S., Oliveira, J. A., & Sousa, L. F. D. (2003). A relação terapêutica evidenciada através do método de observação direta. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 5 (2), 139-149.
- Danna, M. F. & Matos, M. A. (1986) Ensinando a Observação: uma introdução. São Paulo: Edicon.
- Fagundes, A. J. F .M. (1985). Descrição, definição e registro de comportamento. São Paulo: Edicon.
- Fernandes, C. R. D., & Britto, I. A. G. S. (2005). Atuação médica frente ao paciente portador de HIV no contexto ambulatorial. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 7(2), 105-118.
- Fernandes, C. R. D., & Britto, I. A. G. S. (2007) Ação médica no contexto ambulatorial com o portador de HIV. PsicoUFS, 12(2), 309-318.
- Ferreira, E. A. P. & Mettel, T. P. L. (1999). Interação entre irmãos em situação de cuidados formais. Psicologia: Reflexão e Crítica, 12(1).

- Hutt, S. J. e Hutt, C. (1970/1974). Observação Direta e Medida do Comportamento. São Paulo: EPU.
- Kahng, S. & Iwata, B. A. (1998). Computerized systems for collecting real-time Observational Data. Journal of Applied Behavior Analysis, 31(2), 253-261.
- Kratochwill, T. R. e Wetzel, R. J. (1977) Observer agreement, credibility, and judgment: some considerations in presenting observer agreement data. Journal of Applied Behavior Analysis, 10(1), 133-139.
- Kreppner, K. (2001). Sobre a maneira de produzir dados no estudo de interação social. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 17 (2), 97-107.
- Medeiros, J. G., Fernandes, A. R., Pirientel, R. & Simone, A. C. S. (2003). Observação, em sala de aula, do comportamento de alunos em processo de aquisição de leitura e escrita por equivalência. Interação em Psicologia, 7(2), 31-41.
- Milenson, J. R. (1967). Princípios de Análise do Comportamento. Brasília: Coordenada.
- Miranda, E. (2005). A esquizofrenia sob a perspectiva dos princípios da análise do comportamento. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Sierra, V. A. & Rodríguez, F.L. (2007). La regulación aversiva en las interacciones madre-nino en díadas con historia de maltrato infantil. Apuntes de Psicología, 25(2), 145-156.
- Silva, N. L. P. S. & Dessen, M. A. (2003). Crianças com Síndrome de Down e suas interações familiares. Psicologia: Reflexão e Crítica, 16(3), 503-514.
- Silva, N. L. P. S. & Dessen, M. A. (2006). Padrões de interação genitores-crianças com e sem Síndrome de Down. Psicologia: Reflexão e Crítica, 19(2), 283-291.
- Starling, R. R. (1999). Observação direta e medidas do comportamento verbal nas investigações da enfermidade: um estudo piloto. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 1(2), 107-124.
- Vieira, G. F., Elias, P. V. O. & Britto, I. A. G. S. (2007). Categorização de comportamentos no contexto clínico: um relato de experiência. Em R. R. Starling. Sobre Comportamento e Cognição: temas aplicados. Santo André: Esetec.
- Zamignani, D. R. (2007). O desenvolvimento de um sistema multidimensional para a categorização de comportamentos na interação terapêutica. Tese de Doutorado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.